

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

MARIQUIEL DOS SANTOS

**JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS
COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CANOINHAS - SC
2020

MARIQUIEL DOS SANTOS

**JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS
COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação e Diversidade pelo curso de Especialização *lato sensu* em Educação e Diversidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Orientador: Professor Me. Cláudio Adão da Rosa

CANOINHAS - SC
2020

MARIQUIEL DOS SANTOS

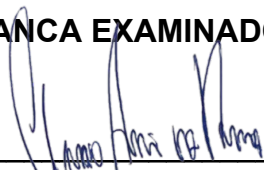
**JOGOS PEDAGÓGICOS COMO FERRAMENTA DE ENSINO PARA ALUNOS
COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação e Diversidade pelo curso de Especialização *lato sensu* em Educação e Diversidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Câmpus Canoinhas.

LOCAL E DATA DA APROVAÇÃO

Canoinhas - SC, 16 de setembro de 2020

BANCA EXAMINADORA



Professor Me. Cláudio Adão da Rosa (Orientador) – IFSC



Prof. Esp. Cláudia Daniele Spier Hoffelder – IFSC Joinville



Prof. Esp. Luis Otávio Mendes – IFSC Canoinhas

Aos meus amados pais Nelso e Veridiana e os meus filhos Pedro Augusto e Ana Gabrieli, por compartilharem dos meus sonhos e me incentivaram em minha formação.

À minha grande amiga Crístielen dos Santos, por contribuir em meu processo acadêmico e por me lembrar da minha potencialidade intelectual e determinação para concluir essa especialização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

*Ao Instituto Federal de Santa Catarina – câmpus Canoinhas,
Aos professores da instituição por terem contribuído com minha formação
acadêmica.*

*Ao meu orientador Professor Cláudio Adão da Rosa, não só pela constante
orientação neste trabalho, mas, sobretudo, pela compreensão e auxílio durante a
elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.*

“O futuro não é um lugar onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando. O caminho para ele não é encontrado, mas construído e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quando o destino”.

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. No entanto, para que esse desenvolvimento ocorra é importante utilizar atividades lúdicas e dinâmicas no processo de ensino e aprendizagem das crianças, reconhecendo as características e singularidades que as constituem. Neste sentido, este trabalho analisou a utilização de jogos pedagógicos como ferramenta de ensino para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio da análise de artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico. Os resultados obtidos ressaltam a importância da utilização dos jogos pedagógicos como atividades lúdicas capazes de estimular o desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social dentro e fora da escola nas crianças com Transtorno do Espectro Autista.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação Infantil. jogos Pedagógicos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 NEURODESENVOLVIMENTO HUMANO	10
2.1 A educação infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral	12
2.2 Jogos pedagógicos como ferramenta de ensino para alunos com TEA	13
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1 Neurodesenvolvimento Humano	17
4.2 A Educação Infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral	18
4.3 Jogos Pedagógicos como Ferramenta de ensino para alunos com TEA	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Os jogos pedagógicos apresentados neste trabalho estão voltados ao estímulo à alfabetização, aos sentidos sensoriais e a coordenação motora. Os jogos são instrumentos de ensino educativos e pedagógicos, que contribuem no aprendizado dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Possibilita ao ambiente escolar organizar intervenções saudáveis para aprendizagem, tornando-as mais prazerosas e compreensivas, pois, conforme destacado por Dacroce e Frazão (2016), os jogos apresentam valores importantíssimos para a construção do conhecimento e do sistema de representação quanto à leitura e a escrita do mundo social.

Os jogos educativos e o lúdico na sociedade hodierna fazem parte da atividade humana, podem ser suportes na estimulação de alunos com TEA. Que viabiliza a interação da criança típica e atípica entre o meio, cujos elementos de características peculiares constroem a personalidade e a compreensão da própria realidade (DACROCE; FRAZÃO, 2016). Ainda, nesse aspecto aguçam a percepção, despertam a compreensão do grupo, estimulam o respeito das ideias no espaço educacional e possibilitam a aquisição das destrezas sociais necessárias para a vida adulta e a integração na sociedade que os rodeia.

O interesse em pesquisar esse assunto surgiu mediante inquietações profissionais sobre como explorar os campos de experiências na educação infantil. De modo que os alunos possam compreender e assimilar a aprendizagem por meio de uma educação mais dinâmica que contribua com o desenvolvimento integral dos alunos. Estimulando o lúdico, o criativo e divertido ao aluno com TEA, entretanto esse método é desafiador, visto que esses elementos dependem da comunicação, linguagem e interação entre os sujeitos. Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a utilização de jogos pedagógicos como ferramenta de ensino para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil.

A discussão desenvolvida ao longo da pesquisa apresenta importantes elementos para os profissionais do ensino conseguirem desenvolver estratégias de qualificação no processo ensino-aprendizagem na educação infantil, ultrapassando

as práticas tradicionais. Os autores Dacroce e Frazão (2016) apontam esses jogos no crescimento cognitivo, social e emocional nos alunos.

2 NEURODESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo Durkheim (2008), os indivíduos são seres pertencentes a um grupo que exprimem um sistema de ideias, sentimentos, hábitos, crenças e práticas morais, resultando desse conjunto a formação de um ser social. Constituir este ser em cada indivíduo é o objetivo da educação e do meio em que o indivíduo está inserido. Para isso, o meio deverá responder às suas necessidades e às suas aptidões sensório-motoras e depois psicomotoras (GALVÃO, 1998).

A formação da personalidade do ser humano é decorrente, segundo Savoia (1989, p. 54), de “um processo de socialização, no qual intervêm fatores inatos e adquiridos”. Essa construção precisa de tempo: experimentar situações, estabelecer métodos, interagir com objetos e aprender muito mais do que somente os instintos. Segundo Agertt et al (2019), por exemplo, o cérebro possui adaptações de várias áreas cerebrais em associação para ouvir sons, processá-los e executá-los, de maneira que fatores biológicos, afetivos, contextuais e ambientais são utilizados para entendimento e interiorização daquilo que for ouvido.

O cérebro humano trabalha para atingir alguns marcos de desenvolvimento, e as habilidades necessárias para sobreviver vão se desenvolvendo conforme as características genéticas e os estímulos ambientais. Conforme Agertt et al (2019), esses marcos seguem uma programação cerebral que definem como e quando irão se manifestar e, embora existam alterações, não é prudente aceitar os extremos como simples variação, ou seja, a demora em atingir esses marcos não deve ser negligenciada.

O atraso no desenvolvimento do indivíduo pode ser o ponto de partida para a identificação de transtorno do neurodesenvolvimento, como é o caso do Transtorno do Espectro do Autista (TEA). Esse transtorno se instala nos primeiros anos de vida quando os neurônios que coordenam a comunicação e os relacionamentos sociais falham em estabelecer as sinapses e redes necessárias. Devido a isso, é difícil

compreender esse transtorno precocemente, quando os processos esperados e programados não se manifestam como deveriam (RODRIGUES; VILA NOVA, 2017).

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra Suíço. No entanto, a denominação do autismo tomou uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante. Mesmo sendo realizadas várias pesquisas para descobrir os fatores genéticos associados ao Transtorno, a etiologia do autismo ainda é desconhecida (MELLO, 2007).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais - DSM 5 (APA, 2014), os principais critérios utilizados para diagnosticar o TEA são os déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos e os padrões restritos e repetitivos de comportamento. A gravidade da condição é avaliada conforme o nível de apoio necessário a cada um desses critérios, conforme segue:

- Nível 1: Exige apoio;
- Nível 2: Exige apoio substancial;
- Nível 3: Exige apoio muito substancial.

Detectar o TEA precocemente é fundamental para eficácia da intervenção e obter melhora no início do quadro clínico do autismo. Já na educação infantil é possível identificar algumas características dessa condição pelos professores por meio da observação da participação dos alunos nos jogos pedagógicos e atividades físicas que incluem elementos básicos das habilidades motoras: motricidade grosseira e fina, equilíbrio estático e dinâmico, esquema corporal, organização espacial, temporal e lateralidade (DACROCE; FRAZÃO, 2016).

No Brasil, os direitos das pessoas com TEA ganham maior destaque na lei n.º 12.764/2012 (BRASIL, 2012), onde, em seu art. 3º, afirma que são direitos da pessoa com TEA

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2015, Art. 3º).

Essa lei, também conhecida como Lei Berenice Piana, reforça o direito dos sujeitos com TEA serem reconhecidos com suas características e peculiaridades perante a sociedade brasileira. A lei destaca também que, para todos os efeitos legais, o TEA passa a ser considerado como uma deficiência, garantindo direitos e acessos nos meios sociais e educacionais, já garantidos anteriormente às pessoas com deficiência.

2.1 A educação infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral

Conforme Durkheim (2008), a escola é uma sociedade, um grupo natural, que a criança adquire o hábito da vida em grupo, despertando a necessidade de se vincular em ações coletivas. Esse espaço social possui tudo o que é necessário para despertar na criança o “espírito de solidariedade”, o sentido da vida em grupo (DURKHEIM, 2008, p. 241). Sanini e Bosa (2015, p. 175) dizem que “a educação infantil assinala, naturalmente, o ingresso de toda criança em um grupo social”. Pensando por essas afirmações é fundamental a criança com TEA frequentar o ensino regular, desde a educação infantil, pois este ambiente promove o estímulo de experiências coletivas.

De acordo com Mendes (2010), o atendimento a crianças com deficiência menores de cinco anos de idade, durante muito tempo foi ofertado de forma separada daqueles serviços destinados às crianças com desenvolvimento típico. A partir dos anos de 1990, com a criação de políticas públicas e leis regidas por movimentos internacionais pela inclusão, a frequência na escola comum passa a ser um direito de todos os alunos em todos os níveis, etapas e modalidades, de ensino em todo território nacional.

Em 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), reafirmando que a inclusão escolar tem início em todas as modalidades de ensino. Ou seja, inicia-se com a educação infantil, desenvolvem as bases necessárias para a construção do

conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores, sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Nunes e Schirmer (2017) argumentam que a creche é, por excelência, um dos espaços para a realização de ações preventivas primárias e possibilita estímulos adequados para análise dos marcos do desenvolvimento na esfera biológica e educacional. A educação infantil é definida como a primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade complementar a ação da família e da comunidade. O que se pretende na educação infantil é garantir as melhores oportunidades a todos os alunos. Ela traz como propósito o desenvolvimento integral da criança, incluindo seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (ANDRADE, 2010).

Sanini e Bosa (2015) destacam a importância de um ambiente favorável e com recursos diversificados disponíveis no ambiente para o aluno sentir-se à vontade. Permite-se que as representações das funções simbólicas sejam construídas espontaneamente, em seu tempo e em seguida trabalhar a coletividade no ambiente educacional. Portanto, essa dinâmica na Educação Infantil possibilita a manifestação das condutas de representatividades e, dessa forma, os alunos possam ser avaliados e dispostos a intervenções, livres de pressões, ao excluir o caráter obrigatório.

Dessa forma, a Instituição escolar e a metodologia dos jogos pedagógicos, aplicadas pelos docentes contribuem para construção da imagem mental, da imitação diferida, do jogo simbólico, da linguagem e do desenho. Para se chegar à esses resultados nota-se a importância dos jogos pedagógicos e das atividades lúdicas nesse processo de intervenção educacional aos alunos com TEA.

2.2 Jogos pedagógicos como ferramenta de ensino para alunos com TEA

A sociedade Romana e da Grécia constituíram seus processos civilizatórios baseadas na prática do jogo. O jogo na Grécia servia como descanso do trabalho, como uma espécie de tônico, na medida em que dá repouso à alma. Enquanto, que

na sociedade Romana os jogos estão presentes na estrutura acentuadamente ritualística, porém aqui os jogos não se revestiam da vivacidade de colorido e da brilhante imaginação que apresentam na civilização grega. (HUIZINGA 2000). Para João Batista Freire (1991) os esportes como as brincadeiras são considerados manifestações de um fenômeno maior denominado jogo. Para Tavares (2014), O jogo é uma atividade voluntária, exercida dentro de determinados limites de tempo e de espaço, promovendo sentimentos de tensão e de alegria.

Ariès (1981) complementa que na sociedade antiga, a criança já praticava alguns jogos e brincadeiras, como o arco, cartas e xadrez. Participava dos jogos dos adultos, como raquete e inúmeros jogos de salão. Jogos comuns aos de hoje eram mímica, cabra-cega, esconde-esconde e o jogo de peteca. Piaget (1976) define o jogo como sendo a construção do conhecimento, principalmente nos períodos sensório-motor e pré-operatório.

Portanto, o indivíduo não é um ser que contém a si mesmo, é também um sistema de ideias, de hábitos, de tendências, é uma consciência que possui um conteúdo; por isso a lapidação desse conteúdo se dá na educação (DURKHEIM, 2008). Nesse processo de aprendizagem os jogos pedagógico contribuem na viabilização da inclusão do aluno na sociedade, pois ao brincar e jogar, estimula os alunos com TEA, no processo de assimilação das crenças e hábitos do meio em que vive, agindo e reagindo às adversidades que o jogo lhe apresenta.

As crianças mostram um avanço na utilização de objetos individuais ou cooperativos. Através de jogos concretos, representativos e imaginários. Na criança com autismo se percebe uma dificuldade nas brincadeiras tanto no contexto social como no não social, essa dificuldade acaba sendo considerada uma das características precoces de crianças com autismo (WHITMAN 2015). Nessa situação consiste em ensinar habilidades que a criança não possui ou não está conseguindo desenvolver , e até certo ponto pode-se iniciar a estimulação de tais habilidades antes de confirmar o diagnóstico.

Segundo Montoya et al (2011, p. 320), a criança vê no brinquedo “a interação com seus pares na troca, no conflito e no surgimento de novas ideias”. Por meio do lúdico o aluno constrói novos significados, o que possibilita a construção de novas representações. Os jogos estimulam o aumento dos níveis cognitivos,

particularmente na área das funções simbólicas; da ampliação, da comunicação, por meio de gestos, sinais e palavras; do crescimento social e emocional, através de relações interpessoais com adultos e pares (MARCHIORI; FRANÇA, 2018).

Conseguimos estimular o jogar das crianças com autismo quando entramos no jogo que ela começou, sem tentar ensinar, mas inserindo passos, graduando a atividade, não achar que existe um jeito certo de jogar, o jogar é dependente das qualidades individuais, não existe a necessidade de regras, mas quando necessário acrescenta uma por vez, se a criança autista não se importa com a expressão facial, realce suas expressões, você também deve imitá-las em seus movimentos e entonações. Realizar jogos que utilizam o sentido da propriocepção como empurrar, pular, quebra-cabeças, cartas de cores e materiais de encaixe, para auxiliar a criança a estimular sua consciência de emoções faciais, coordenação motora fina e ampla, estimula a identificação de faces e aumenta a sensibilidade (LUNGAREZE, 2019).

Os jogos viabilizam a socialização entre os alunos, na criatividade e no espírito de competição, cooperação, elaboração de estratégias e meios para atingir o objetivo do jogo (DACROCE; FRAZÃO, 2016). No entanto, ao preparar um jogo para aplicar aos alunos, alguns questionamentos devem ser levados em consideração, tais como: o jogo propicia a espontaneidade na integração e comunicação? Facilita o aprendizado, a exploração do lúdico? Pode se tornar uma técnica facilitadora na elaboração de conceitos e no reforço dos conteúdos? É uma busca por responsabilidade e autonomia?

No caso dos alunos com TEA, a prática de jogos pedagógicos precisa considerar a funcionalidade do jogo, para melhor compreensão, é importante que existam elementos palpáveis e reforços na explicação da sua funcionalidade. Ainda tendo o discernimento que mesmo o jogo pedagógico tendo todos os critérios favoráveis para ter um resultado positivo. Há a possibilidade do aluno com TEA não gostar do tal jogo ou naquele momento apresenta indisposição para desenvolver o jogo. Conforme aponta Semensato e Bosa (2013, p.13), “conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo”. Por isso, precisamos estar atentos a aplicação dessa ferramenta lúdica se de fato está promovendo o desenvolvimento integral na Educação Infantil na criança com TEA.

As crianças autistas como qualquer outra criança tem suas próprias características que as tornam únicas, devemos parar de olhá-las como apenas um diagnóstico, e sim como qualquer outra criança como suas angústias e alegrias. Ter certeza de que elas são capazes a partir do momento que são estimuladas e inseridas na sociedade (LUNGAREZE, 2019, p.84).

O professor, nesse contexto, age como o mediador na inserção entre os alunos e os jogos pedagógicos. Ao levar um determinado jogo para sala de aula, precisa ainda atentar para outros cuidados operacionais, como por exemplo: testar o jogo antes de levá-lo, observar se as questões envolvidas estão coerentes com o que os alunos estão estudando, é importante que o docente comente os campos de experiências que estarão presentes no jogo e a metodologia aplicada para realização da atividade (MARCHIORI; FRANÇA, 2018). Além disso, é necessário avaliar se a atividade proporciona aos alunos momentos de harmonia, diversão, em busca da aprendizagem e da convivência saudável com seus pares.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para chegar ao objetivo proposto, foi realizada, por meio de abordagem qualitativa, uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

Os materiais bibliográficos utilizados para as análises foram coletados no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da Capes, publicados nos últimos cinco anos (2015 a 2020). Os descritores utilizados foram “Transtorno do Espectro Autista AND Educação Infantil” – 15 resultados; “Transtorno do Espectro Autista AND Jogos Pedagógicos” – 02 resultados; e “TEA AND Jogos Pedagógicos” – 04 resultados. Os acessos aos sites ocorreram entre os meses de março a junho do ano de 2020.

Foi realizada a leitura e análise dos resumos de todos os trabalhos que os descritores encontraram, observando se encontrava os critério apropriados para o desenvolvimento do trabalho, ou seja sobre, o autismo, a educação infantil e os jogos pedagógicos. Após realizou-se a etapa de refinamento dos artigos, aqueles

que estavam mais próximos com o objetivo do trabalho. foram selecionadas 3 artigos que estavam coerentes com o objetivo da pesquisa, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1: Artigos Selecionados no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico

Ano	Título	Autor (es)	Portal	Link
2018	Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo.	Alexandre Freitas Marchiori Carla de Almeida Aguiar França	Portal de Periódicos da Capes	https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n38p488/37556
2015	Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e auto eficácia da educadora.	Cláudia Sanini Cleonice Alves Bosa	Portal de Periódicos da Capes	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000300173
2016	O lúdico na educação infantil: Um relato de aprendizagem significativa no processo de desenvolvimento intelectual e de interação social da criança.	Marlete Dacroce Celina Saraiva Frazão	Google Acadêmico	https://revistaselectronicas.uj.aen.es/index.php/riai/article/view/4239

Fonte: Autoria própria com base no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico.

Após fazer a leitura dos três artigos selecionados, as análises foram estruturadas a partir de três eixos norteadores: 1. Neurodesenvolvimento Humano; 2. A Educação Infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral; e 3. Jogos Pedagógicos como ferramenta de ensino para alunos com TEA.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico apresentou resultados significativos que levaram ao entendimento mais amplo sobre os jogos pedagógicos como forma de ensino e metodologia para o desenvolvimento educacional dos alunos com TEA na educação infantil. Tais resultados estão expostos neste capítulo com os seguintes eixos: Neurodesenvolvimento Humano, A Educação Infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral e Jogos Pedagógicos como Ferramenta de ensino para alunos com TEA.

4.1 Neurodesenvolvimento Humano

Marchiori e França (2018) em sua obra destacam os critérios para avaliar o Neurodesenvolvimento do aluno com TEA e enfatizam que, além da avaliação cognitiva, é fundamental avaliar a capacidade funcional adaptativa. Apontam que nenhum ser humano deve ser privado de se relacionar com outras pessoas, o ambiente onde as relações sociais são privilegiadas é o melhor e o mais adequado, independente desta pessoa ter ou não alguma deficiência. As autoras ressaltam também o direito a uma vida digna, sua integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer, bem como o acesso à educação.

Sanini e Bosa (2015) apontam a importância da promoção do neurodesenvolvimento no comportamento social e no comportamento agressivo, comportamentos esses apresentados pelo sujeito com autismo. O comportamento social é mais do que um isolamento proposital. Parece decorrer, também, dentre outros aspectos, da dificuldade em compreender as intenções das outras pessoas, do que pensam, querem e desejam dela. A manifestação do comportamento agressivo reflete a desorganização inicial dessa pessoa frente a uma situação completamente desconhecida, a qual ainda não estava pronta para lidar. Os comportamentos desafiadores, como a agressividade, pode ter a função de comunicação com o ambiente. Porém, na medida em que a rotina vai se tornando menos ameaçadora por ser mais familiar, tende a ocorrer uma redução nesses problemas.

Dacroce e Frazão (2016) apontam a infância como o início do processo de descoberta do mundo existencial. Para que essa construção se solidifique a criança faz uso de coisas e objetos que de alguma forma tenha significado. Assim pode ser considerada uma estratégia de ensino, um conteúdo significativo no desenvolvimento biopsicossocial dos alunos. O jogo e a brincadeira aparecem como fundamental, um direito, uma forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação entre as crianças. Contribui para o aluno com TEA, na estimulação do neurodesenvolvimento, emocional, social e de linguagem. Apontam para a necessidade de interação com os objetos por meio, dos jogos e das brincadeiras,

para assim, ir construindo o seu mundo, a sua personalidade e para o desenvolvimento integral e crítico.

4.2 A Educação Infantil como ambiente promotor do desenvolvimento integral

Marchiori e França (2018), apresentam práticas pedagógicas desenvolvidas para possibilitar um currículo que reconhece o protagonismo infantil. A criança aprende na ação, na relação com a cultura, com as linguagens e na presença do outro. O autismo e suas características, marcadas pelas ausências, não devem definir o caminho a trilhar nas práticas pedagógicas, mas auxiliar a compreender os comportamentos das crianças com autismo e contribuir para o planejamento de ações efetivas e eficazes que ultrapassam um possível limite de aprendizagem. Esta deve ocorrer em classes comuns de ensino regular, com acompanhamento especializado.

Sanini e Bosa (2015) ressaltam que a educação infantil assinala, naturalmente, o ingresso de toda criança em um grupo social, longe da proteção da família. Isso origina novas formas de relacionar-se e de comportar-se, ampliando o repertório de experiências da criança, mas também seus medos, assim como os da família. Quando a relação entre o professor e seu aluno com autismo era positiva, isto é, baseada na aceitação desse aluno, este tende a ser mais aceito socialmente por seus colegas, em sala de aula. Optar por uma ou outra forma de se relacionar parece fazer diferença no trabalho da escola, ao contrário, a ênfase deve ser a individualidade de cada criança porque é isto que vai nortear a prática do professor.

Para Dacroce e Frazão (2016) as atividades desenvolvidas na educação infantil, ainda que simples e primárias, estão carregadas de significação do seu ser. brincando a criança se identifica como personagem, desenvolve a autoestima, se constrói enquanto pessoa, socializa, interage, associa e compara sua vida com as regras e limites dos jogos e das brincadeiras.

4.3 Jogos Pedagógicos como Ferramenta de ensino para alunos com TEA

Para Marchiori e França (2018) o trabalho na educação infantil deve ser pautado na necessidade de um trabalho pedagógico que amplie as possibilidades formativas das crianças. No caso de alunos com TEA é preciso reconhecer e valorizar as possibilidades de desenvolvimento do sujeito na relação com os pares e adultos. Os ganhos estão na capacidade de planejamento articulado, na condução das atividades pedagógicas específicas ou coletivas, na distribuição de tarefas entre os professores e demais profissionais, no acompanhamento pedagógico do processo de aprendizagem de todas as crianças, na troca de experiências e conhecimentos entre os participantes da turma, no esclarecimento das dúvidas sobre a deficiência e a busca de soluções coletivas, no reconhecimento de que a educação é possível para todos. A aprendizagem é possível em um ambiente inclusivo.

Sanini e Bosa (2015) dizem que os jogos facilitam a identificação das habilidades e potencialidades, possibilitando direcionar as práticas para o crescimento e desenvolvimento nos alunos com TEA. A aprendizagem passa a ser percebida pelos professores no momento em que começam a descobrir um aluno com energias e vontades de investigar e conhecer as ferramentas pedagógicas do conhecimento, fazendo com que surja por parte de toda equipe educacional uma preocupação genuína com a aprendizagem do aluno e em todos os aspectos do marco do desenvolvimento.

Dacroce e Frazão (2016) ressaltam a importância da utilização do lúdico na educação infantil para chegar a uma aprendizagem significativa que valoriza a história e os aspectos socioculturais dos alunos. As autoras observaram a maneira que os jogos e as brincadeiras eram trabalhados enquanto conteúdo junto às crianças e identificaram importantes contribuições para o processo ensino e aprendizagem quando a ludicidade envolvia os vários aspectos da criança na construção de novos saberes. Verificaram também as possibilidades de desenvolvimento intelectual e da interação social, pois nesta fase aflora a imaginação, a criatividade, espontaneidade para a construção do sistema de representação quanto à leitura e a escrita do mundo social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos realizados acerca dos jogos pedagógicos como estratégia de ensino para crianças com TEA na educação infantil, foi possível compreender aspectos importantes para o desenvolvimento integral de todos os alunos. A pesquisa bibliográfica permitiu que o objetivo fosse atingido, visto que trouxe elementos que permitiram avanços positivos no entendimento das possibilidades de melhor autonomia e condições para que o aluno se torne um sujeito ativo dentro da sociedade quando incluídos nos Centros de Educação Infantil.

Os resultados encontrados reforçaram a importância dos jogos pedagógicos estarem inclusos na didática escolar, promovendo o ensino para realmente favorecer o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo os com TEA. Também mostraram que o uso desses jogos faz com que os alunos sintam-se pertencentes ao grupo social que fazem parte. Outro fator importante que se destacou foi a ludicidade, sendo perceptível seu resultado positivo no desenvolvimento cognitivo. Pode-se dizer que o lúdico na educação infantil está associado à eficácia no processo de aprendizagem do aluno.

O presente trabalho atribuiu critérios importantes para entender que a criança com TEA com suas peculiaridades e características próprias pelas estimulações e intervenções são capazes de atingir os marcos do desenvolvimento. Através disso fica evidente a importância da frequência e a permanência dos alunos com TEA na instituição de ensino regular, sendo possível a promoção de seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional, ainda na Educação Infantil.

Conclui-se por meio dessa pesquisa que é por meio da educação que devemos lutar por uma sociedade onde a equidade e solidariedade possam se estabelecer. E é na escola que tais aspectos devem ser discutidos, a fim de construirmos uma sociedade que não exclui, mas que sabe conviver com as diferenças.

REFERÊNCIAS

AGERTT, F. et al. Autismo: Um guia para famílias e professores. In: _____. **Caminhos diagnósticos do autismo**. 1.ed. Joinville: Santorini, 2019. cap.1, p.11-30.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**, São Paulo: UNESP. 2010.

ARIÈS, P. História social da criança e da família: alternativas teóricas e práticas. Rio de Janeiro: 1981.

BRASIL. Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>, Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 03 ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>, Acesso em: 15 jun. 2020.

DACROCE, M.; FRAZÃO, C. S. O lúdico na educação infantil: Um relato de aprendizagem significativa no processo de desenvolvimento intelectual e de interação social da criança. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**. v. 2, n. 4, p. 114 – 128, mês out. 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6941132>>, Acesso em: 10 maio. 2020.

DURKHEIM, E. **A educação moral**. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUNGAREZE, F. F. A. O Transtorno do Espectro Autista: Um olhar a partir da Terapia Ocupacional. In: **Caminhos diagnósticos do autismo**. 1.ed. Joinville: Santorini, 2019. cap.4, p.71-84.

FREIRE, João Batista. De corpo e alma – o discurso da motricidade. São Paulo: Summus, 1991.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: <https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/galvao_henri-wallon-1.pdf>, Acesso em: 17 abr. 2020.

GIL, C. A. **Modelos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura*. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo. Perspectiva S.A.2000.

MARCHIORI, F. A.; FRANÇA, A. A. C. Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. **Revista Zero-a-seis**, v. 20, n. 38 p. 488-513, jul-dez 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n38p488>>, Acesso em: 10 maio. 2020.

MELLO, A. M. S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: <<http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>>Acesso em: 20 ago. 2020.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

MONTOYA, D. O. A. et al. **Jean Piaget no século XXI escritos de epistemologia e psicologia genéticas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

NUNES, L. R. O. P.; SCHIRMER, C. R. (orgs.). **Salas abertas: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RODRIGUES, M. M.; VILA NOVA, L. C. P. **Tratado de Neurologia Infantil**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

SEMENSATO, M. R.; BOSA, C. A. A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clínicas. In: SCHMIDT, C. (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. cap. 5, p.59-67.

SANINI, C.; BOSA, A. C. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. **Revista Estudos de Psicologia**, Porto Alegre, vol. 20, n. 3, p. 173-183, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2015000300173&script=sci_abstract&lng=pt>, Acesso em: 10 maio. 2020.

SAVOIA, M. G. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

TAVARES M.I.S. **Jogos pedagógicos na Educação Infantil**. 2014. Monografia (Especialização)- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira. 2014.

WHITMAN, T. L. **O desenvolvimento do autismo social, cognitivo, linguístico, sensório motor e perspectivas biológicas**. Ed Milton Mira de Assunção Filho. São Paulo: M.Books, 2008